

As relações diplomáticas entre Portugal e a Roménia

Estando Portugal e a Roménia em posições geográficas opostas no mapa da Europa é natural que as suas evoluções tenham sido historicamente diferentes. Embora ambos os povos sejam de língua latina, os portugueses e os romenos tiveram, ao longo da história, poucos momentos de aproximação e contacto.

Entre as fontes que relatam esses contactos encontramos a que Nicolae Iorga descobriu nos arquivos de Veneza relativa à presença em terras romenas – mais concretamente na Valáquia – no século XV, de D. Pedro, Duque de Coimbra, filho de D. João I (1385-1433), pela altura de uma expedição anti-otomana. O acontecimento a que se refere a fonte veneziana aconteceu de facto na Valáquia no ano de 1427, e teve como protagonistas o Príncipe Dan II da Valáquia, Sigismund de Luxemburgo, o Imperador da Alemanha e Rei da Boémia e da Hungria, e o pretendente Radu Prasnaglava ao trono de Dan II. Este último, campeão de uma política anti-otomana, confrontava-se então com Radu Prasnaglava, o pretendente ao trono da Valáquia apoiado militarmente pela Sublime Porta Otomana. Sigismund de Luxemburgo apoiou o príncipe valáquio, partindo em Abril de 1427 com o seu exército ao seu encontro, sendo acompanhado nessa expedição por D. Pedro, Conde de Barcelos que se encontrava por essa altura na sua Corte.

As notícias relativas às relações bilaterais luso-romenas tornam-se mais exactas e abundantes na Época Moderna, a partir do século XIX. A revolução liberal em Portugal (1820-1823), que instaurou a monarquia constitucional, encontrou um alargado eco na imprensa romena. Nas páginas do «Curierul Românesc» do célebre escritor e jornalista Ion Heliade Rădulescu os acontecimentos de Portugal eram amplamente noticiados e comentados com inquestionável simpatia. Também depois da União entre a Valáquia e a Moldávia, a 24 de Janeiro de 1859, na imprensa romena surgiram notícias e artigos detalhados sobre Portugal e o seu povo.

* * *

O início das relações diplomáticas luso-romenas aconteceu a 8 ou 20 de Fevereiro quando as 3 grandes potências europeias a Alemanha, a Grã Bretanha e a França reconheceram o Estado independente e soberano da Roménia, entabulando relações diplomáticas com ele ao nível de legação. Neste contexto, a 18 ou 30 de Abril (1880) uma delegação oficial romena, dirigida pelo diplomata Alexandru Plaginu, foi enviada em missão especial a Lisboa e foi recebida em audiência solene por D. Luís I, ao qual entregou uma carta do soberano romeno Carol I, dando notícia da independência da Roménia.

Apesar de nesse ano, 1880, não haver representação diplomática, entre Portugal e a Roménia nem em Lisboa nem em Bucareste, já se verificava um fluorescente comércio entre os dois países. Os navios comerciais romenos que transportavam importantes quantidades de cereais, aportavam regularmente para os descarregar em portos portugueses. Não é por conseguinte de estranhar a preocupação dos círculos

comerciais e financeiros portugueses em estabelecer ligações mais estreitas e duradouras com a Roménia. Desde a segunda metade de 1880 começam a chegar ao MNE Romeno propostas relativas à criação de um consulado romeno em Portugal, de modo a facilitar as transacções comerciais bilaterais. Obviamente chegam acompanhadas por ofertas para a função de cônsul honorífico da Roménia, entre as quais citamos: numa nota chegada ao MNE em finais de 1881, António Calem propõe a sua candidatura à função de cônsul da Roménia em Portugal dando como garantia cartas de recomendação de bancos de Londres e Hamburgo. Nessa carta argumenta a necessidade de um consulado da Roménia em Portugal, país onde chegavam regularmente navios carregados de mercadorias romenas, oriundos dos portos de Galați e Brăila. A mesma iniciativa fará em Abril de 1890, J. Adolphe Gerken, de origem holandesa, que solicita às autoridades de Bucareste o posto de cônsul em Portugal, chamando a atenção para o volume de comércio atingido entre os dois países – Portugal, país importador de cereais e madeira podendo-se tornar, a prazo, um importante destino da exportação romena. Solicitações mais insistentes a esse posto foram empreendidas todavia por António Ferreira de Serpa, já então cônsul de Portugal em Havai, Nicarágua e Venezuela. Na carta enviada em Dezembro de 1888 dirigida ao Ministro romeno dos Negócios Estrangeiros, Petre P. Carp, chamava atenção para o facto de os navios romenos trazerem frequentemente mercadorias a Lisboa «não tendo sido ainda nomeado um cônsul que protegesse e defendesse os interesses romenos». No ano seguinte, o diplomata português continuou persistentemente a apelar às autoridades de Bucareste. Nas notas de Fevereiro e Abril de 1889 dirigidas ao chefe da diplomacia romena, Alexandru N. Lahovary, Ferreira de Serpa argumenta insistentemente a necessidade da criação de uma representação consular da Roménia em Lisboa «no interesse do comércio romeno». O ministro romeno dos negócios estrangeiros respondendo de cada vez «não se fazer necessária por enquanto a presença de um cônsul romeno em Lisboa» e que a situação «será analisada na altura certa».

A acção diplomática a favor da criação de um consulado da Roménia na terra de Vasco da Gama será retomada no ano de 1894 através das legações de Portugal em Paris e Viena. Da legação em Paris os diplomatas romenos escreviam para o MNE romeno no Verão de 1894 que o encarregado de negócios de Portugal na capital francesa exprimira em várias ocasiões a intenção do governo de Lisboa em criar uma representação consular romena na capital portuguesa, para um «maior desenvolvimento do comércio entre os dois países». Em Novembro de 1894, o encarregado de negócios de Portugal em Viena, visconde de Raboredo, transmitia por seu turno uma missiva ao MNE da Roménia em que afirmava que «o seu governo veria com bons olhos a criação de um consulado da Roménia em Lisboa».

O problema da criação de uma representação diplomática romena em Portugal encontraria solução dois anos mais tarde, em 1896. A 5 de Outubro de 1896, Dimitrie A. Sturdza, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros a.i., propunha a criação de um consulado honorífico de segunda categoria em Lisboa e a nomeação como titular de Carlos Ferreira dos Santos Silva. Simultaneamente o relatório de Sturdza adiantava um projecto de decreto, acompanhado da patente consular aferente. Pelo decreto real de 9 de Outubro de 1896, estabelecia-se a criação do consulado romeno em Portugal. Na mesma altura, Grigore Gheorghe Ghica, Ministro da Roménia em Paris era notificado de que a legação romena em Paris à qual deveria ficar subordinado o consulado de Lisboa, fora encarregada de solicitar ao governo português o seu reconhecimento. E o assunto seguiria os trânsitos normais. Por intermédio da legação romena em Paris, o governo de Lisboa recebeu a patente consular relativa à nomeação de Carlos Ferreira dos Santos Silva no posto de cônsul da Roménia em

Lisboa. Após receber as instruções de rigor, o regulamento e as tarifas consulares, a 27 de Novembro de 1896, o recém-nomeado cônsul honorífico da Roménia em Lisboa prestou juramento. O *Exequátur* do governo português ser-lhe-á entregue a 11 de Janeiro de 1897. Estava assim dado, no final do século XIX, o primeiro passo para o estabelecimento das relações diplomáticas entre a Roménia e Portugal através da inauguração da primeira representação diplomática da Roménia em Lisboa. A segunda representação diplomática, do mesmo tipo – consulado honorífico de segunda categoria – seria criada a breve trecho, na primeira década do século XX: Trata-se do primeiro consulado honorífico da Roménia no Porto, estabelecido em 1905. Foi neste período que se entabularam conversações entre os representantes dos Governos de Bucareste e de Lisboa no sentido da criação de legações nas duas capitais.

*

*

*

As negociações foram iniciadas por intermédio da legação romena em Paris e revelaram o acordo das partes relativamente à inauguração recíproca de legações.

Em Agosto de 1909, o Encarregado de Negócios da Roménia em Paris, C. Mitilineu enviou ao Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros Ion C. Brătianu, uma nota verbal sobre a discussão tida com António Carlos dos Santos Bandeira, secretário particular do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, coronel Carlos Roma do Bocage. Pela ocasião de uma viagem à capital da França, Bandeira contactou o diplomata romeno, ao qual confessou que fora encarregado pelo seu superior de sondar a opinião das autoridades romenas sobre o assunto do *agrement* das autoridades romenas a um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Bucareste. Bandeira especificou desde o início que o chefe da diplomacia portuguesa desejava saber a título pessoal e confidencial, antes do entabulamento de diligências oficiais, se as autoridades de Bucareste teriam alguma preferência em relação ao representante oficial de Portugal, isto porque o Governo de Lisboa tencionava acreditar junto do Governo romeno ou o seu representante diplomata em São Petersburgo ou o de Viena. Dias depois chegou a resposta, obviamente favorável, do governo de Bucareste. A nota de resposta, aludia à satisfação das autoridades romenas pela criação de semelhante representação diplomática, optando-se pelo representante de Portugal em Viena. Contudo acrescentava-se que, «por motivos orçamentais excepcionais», o Governo romeno não poderia responder ao gesto das autoridades portuguesas com a criação recíproca de uma legação romena em Lisboa. A parte portuguesa não iria desmobilizar. Pelo contrário, persistiria.

Em Novembro de 1909 em Paris, o Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, do Bocage, encontrou pessoalmente C. Mitilineu, com o qual falou e ao qual reiterou o desejo das autoridades de Lisboa relativamente à criação de uma legação de Portugal em Bucareste. O diplomata português insistiu numa aproximação o mais rápido possível das tradicionais ligações de amizade entre Portugal e a Roménia. Pediu ainda a Mitilineu a solicitação da opinião do Ministro romeno dos Negócios Estrangeiros Alexandru Djuvara, relativamente à oportunidade da negociação e de uma convenção comercial bilateral. As negociações não tiveram, infelizmente, um resultado imediato, dado que a legação de Portugal em Bucareste não foi criada, nem tão pouco aprovada uma convenção comercial entre os dois Estados. Porém, três anos mais tarde, na Primavera de 1912, foi inaugurada a primeira representação diplomática de Portugal na Roménia: o consulado honorário de Brăila. A 9 de Abril 1912, o Ministro romeno dos Negócios Estrangeiros, Titu Maiorescu, notificou o seu homólogo português de que

a partir de 31 de Março/3 de Abril de 1912 foi concedido o *exequátur* de rigor a Achille Litzica na qualidade oficial de cônsul honorífico de Portugal na Roménia.

*

*

*

A altura em que finalmente se concluiria entre Bucareste e Lisboa o processo de abertura de representações diplomáticas aconteceria no intervalo 1917-1919, durante a Grande Guerra.

No Verão de 1917 a Roménia e Portugal seriam aliadas da Entente. Um documento diplomático do Verão de 1917 – nota do Primeiro Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros a.i., Ion I.C. Brătianu, de 25 de Agosto 1917, dirigido ao Ministro Plenipotenciário de Portugal em Iași – dava conta da presença e actividade na capital provisória do Reino da Roménia de um representante diplomático oficial de Portugal. Com base na reciprocidade – que agora, ao invés do ano de 1909, existia – para a missão especial foi nomeado um Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Roménia em Lisboa: Victor Ionescu, deputado, que, sendo nomeado nesta qualidade, tomaria posse do cargo a 1 de Setembro de 1917.

As duas missões não teriam porém vida longa. Após a assinatura da paz de Buftea-Bucareste, entre a Roménia e as Potências Centrais a 5-18 de Março e 24 de Abril-7 de Maio de 1918, o governo presidido por Alexandru Marghiloman, político germanófilo, anulou a missão de Victor Ionescu em Lisboa (chamado ao MNE a 25 de Março de 1918). Automaticamente cessou também a sua actividade, a missão de Portugal na Roménia. A aliança da Roménia com Portugal, Estado membro da Entente, como aliás com toda a Entente, cessou por força dos acontecimentos. No fim da guerra, após a derrota das Potências Centrais, foi restabelecida a aliança da Roménia com a Entente, e também com Portugal. Estava criado o terreno favorável à reabertura de legações dos dois países em Bucareste e em Lisboa. A primeira a abrir foi a legação de Portugal em Bucareste em Novembro de 1919.

Na carta credencial, o Presidente da República Portuguesa, António José de Almeida, notificava o Governo de Bucareste de que, no desejo de manter e consolidar as relações de amizade e bom entendimento entre Portugal e a Roménia, fora nomeado Martinho Teixeira Homem de Brederode, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal em Bucareste. A legação de Portugal em Bucareste tornou-se uma realidade e foram retomadas as negociações para a abertura da legação da Roménia em Lisboa.

O Ministro Romeno dos Negócios Estrangeiros, Take Ionescu, advogou a rápida criação da representação diplomática romena na capital portuguesa. Propôs mesmo, para o posto de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Roménia em Lisboa Ion N. Tresnea-Grecianu, diplomata de carreira, com profunda experiência da vida diplomática – entrara para o MNE no ano de 1888 – na altura director do Protocolo, do Pessoal e da Chancelaria das Ordenações do Ministro dos Negócios Estrangeiros. A proposta foi aceite e, a 1 de Setembro de 1920, por decreto real, a legação da Roménia em Lisboa foi aberta, e Ion Tresnea-Grecianu nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na capital portuguesa. Na sua qualidade oficial, a 17 de Novembro de 1920, o diplomata romeno apresentou credenciais ao Primeiro Ministro da República Portuguesa, António Joaquim Granjo.

Infelizmente, também esta segunda missão – e a primeira legação - da Roménia em Lisboa iria ter uma curtíssima duração, de apenas um ano e meio. A partir de 1 de Abril de 1922, por motivos exclusivamente económicos e orçamentais, o Governo liberal de Ion I.C. Brătianu, com Ion C. Duca à frente da diplomacia romena tomou a medida drástica do fecho de algumas missões da Roménia, entre as quais a legação em

Lisboa. Aliás, o facto era especificado na nota de repatriamento dirigida ao Ministro Plenipotenciário da Roménia em Lisboa (decreto n.º 1178/9.031922).

«Rogo que seja explicada ao governo português que a medida de repatriamento de 1 de Abril tem exclusivamente por fundamento o dever imperioso do Governo romeno de restabelecer a situação financeira. Temos a esperança de que o Governo português permaneça convicto do nosso empenho em manter de ora em diante as mesmas relações cordiais do passado.»

Pelo decreto real n.º 1305 de 16 de Abril de 1922, foi nomeado em missão especial junto da Corte Real de Espanha e do Governo Português, com início em 1 de Abril 1922, o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Roménia em Paris, Victor Antonescu.

A 26 de Fevereiro de 1927, pelo decreto real n.º 1947, o Ministro Plenipotenciário romeno em Madrid, Anton Bibescu, era credenciado na mesma qualidade também em Lisboa.

A legação da Roménia em Lisboa seria restabelecida nos anos trinta e mantida como missão diplomática de primeiro nível. Que exemplos mais edificantes poderão ser dados nesse sentido, que não sejam a presença na sua composição de dois vultos de maior relevo da cultura romena como: Lucian Blaga, na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (1 de Abril 1938 – 1 de Abril de 1939) e de Mircea Eliade, na qualidade de conselheiro cultural e de imprensa (Fevereiro 1941-Janeiro 1945).